



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO -CDSA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO – UAEDUC
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

JOSÉ LOURINALDO GOMES MEDEIROS

TERCEIRO SETOR E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS: um estudo de caso na Associação Comunitária dos Bairros Unidos Venceremos (ACBUV) - Sumé/PB

**Sumé – PB
2015**

JOSÉ LOURINALDO GOMES MEDEIROS

TERCEIRO SETOR E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS: um estudo de caso na Associação Comunitária dos Bairros Unidos Venceremos (ACBUV) - Sumé/PB

Artigo científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Unidade Acadêmica de Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, sob orientação do Prof. Dr. **Luiz Antônio Coêlho da Silva**.

**Sumé – PB
2015**

M488t Medeiros, José Lourinaldo Gomes
Terceiro setor e mobilização de recursos públicos: Um estudo de caso na Associação Comunitária dos Bairros Unidos Venceremos (ACBUV) - Sumé - PB. / Medeiros, José Lourinaldo Gomes. - Sumé: [s.n], 2015.
38p.

Orientador: Professor Doutor Luiz Antônio Coelho da Silva.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia.

1. Terceiro setor. 2. Associação comunitária. 3. Bairro Unidos Venceremos - Sumé. I. Luiz Antônio Coelho da Silva. II. Título

CDU 35:336.25(043.3)

JOSÉ LOURINALDO GOMES MEDEIROS

TERCEIRO SETOR E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS: um estudo de caso na Associação Comunitária dos Bairros Unidos Venceremos (ACBUV) - Sumé/PB

Artigo científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Unidade Acadêmica de Educação do Campo, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Orientador Dr. Luiz Antônio Coêlho da Silva Nota (9,0)


Prof. Esp. Ezequiel Sóstenes Bezerra Farias Nota (9,0)


Especialista Dielle Oliveira Filocre Rodrigues Nota (9,0)

Nota Final (Média) Nota (9,0)

Aprovado em 23 de março de 2015.

RESUMO

Este artigo constitui-se em um estudo de caso realizado na Associação Comunitária dos Bairros Unidos Venceremos (ACBUV) na cidade de Sumé, no Estado da Paraíba. Seu objetivo principal é analisar as formas de captação de recursos, como forma de melhoria e fortalecimento de suas atividades no terceiro setor. Quanto aos objetivos específicos pretende-se: descobrir quais as formas de captação de recursos da associação, como funciona as atividades multidisciplinares na associação e apontar as dificuldades encontradas pela associação. Metodologicamente, esta pesquisa é de natureza descritiva e exploratória, utilizando a pesquisa bibliográfica, a análise documental e o estudo de caso, com visitas em lócus. Como técnica de coleta de dados é utilizada a observação com aplicação de questionário. A sua abordagem é qualitativa e na análise dos dados é utilizado o método estatístico descritivo. Nesse sentido, são sujeitos da pesquisa são os associados. Constatou-se que na associação ACBUV existe o compromisso de lutar por um desenvolvimento social e econômico como forma de melhoria, visto que na captação de recursos, através de parcerias e alianças consegue-se uma organização mais forte; porém tal desenvolvimento ainda pequeno, mas de muita importância para a ACBUV e para os sócios.

Palavras chave: Terceiro Setor. Desenvolvimento. Fortalecimento.

ABSTRACT

This article is in a case study conducted in the Community Association of the United Neighborhoods Win (ACBUV) in the city of Sumé in the state of Paraíba. Its main objective is to analyze the forms of fundraising as a way of improving and strengthening its activities in the third sector. As for the specific objectives aims to: find out what forms of association of fundraising, how multidisciplinary activities in the pool and point out the difficulties encountered by the association. Methodologically, this research is descriptive and exploratory, using the literature, document analysis and the case study, with visits in locus. As data collection technique is used with the observation questionnaire. Their approach is qualitative and analysis of data is used the descriptive statistical method. In this sense, are subjects of research are associated. It was found that the association ACBUV there is a commitment to fight for social and economic development as a means of improving, as in fundraising through partnerships and alliances can be a stronger organization; But this still small development, but of great importance for ACBUV and partners.

Key-words: Third Sector. Developing. Strengthening.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	OBJETIVO GERAL.....	6
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
1.3	PROBLEMÁTICA	7
1.4	JUSTIFICATIVA	7
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
2.1	O PAPEL DA GESTÃO PÚBLICA	8
2.1.1	GESTÃO DO TERCEIRO SETOR	9
2.2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR.....	11
2.2.1	ESTRATÉGIAS PARA O FORTALECIMENTO DO TERCEIRO SETOR.....	13
2.3	CAPTAÇÃO DE RECURSOS DO TERCEIRO SETOR.....	15
2.3.1	FORMAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O TERCEIRO.....	16
2.4	DIFICULDADES NAS CAPTAÇÕES DE RECURSOS NO TERCEIRO.....	17
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
3.1	TIPO DE ESTUDO.....	19
3.2	LOCAL DE ESTUDO.....	20
3.3	SUJEITOS DA PESQUISA E AMOSTRA.....	20
3.4	INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	20
3.5	ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS.....	21
4	ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	21
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB.....	21
4.2	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS BAIROS UNIDOS VENCEREMOS-SUMÉ/PB.....	22
4.3	PERFIL DOS ASSOCIADOS.....	23
4.4	CONHECIMENTO, COMPROMISSO, PERCEPÇÃO E SATISFAÇÃO DOS ASSOCIADOS DA ACBUV.....	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
	REFERÊNCIAS.....	33
	ANEXO A – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO.....	35

1 INTRODUÇÃO

As organizações do terceiro setor no Brasil vêm, em sua maioria, enfrentando problemas de captação de recursos. Uma das razões para isso é a grande quantidade de organizações que se encontram hoje na sociedade, sendo inúmeros os casos, que se expandiram muito além de suas pretensões iniciais, tendo em vista a enorme carência e oportunidade de prestação de serviços sociais para a população.

Um ambiente incerto, de constantes transformações, com acentuada e crítica situação social, onde a desigualdade social, lamentavelmente, ainda é uma triste constatação, que cresce consideravelmente no mundo, e também em todo Brasil. O papel do terceiro setor está ligado diretamente ao bem-estar social, de preferência desenvolvido por voluntariado, mas também por outros atores sociais, em função da magnitude das ações e projetos sociais.

A busca de recursos neste setor é alta, onde entender todas as alternativas que existem é essencial para que a organização gere receitas ou recursos, com o intuito de que suas atividades sejam exercidas de forma eficiente, pois esse fenômeno chamado de terceiro setor – organização com objetivo social - necessita de atenção e dedicação para que se torne um grande feito para a sociedade, devido à ausência ou omissão do poder público, em questões sociais. Sendo assim, é um setor, com objetivo social, que presta serviço voluntário, ou não, para parcela carente da sociedade.

Vale ressaltar que, o terceiro Setor, é composto por organizações com grande diversidade, tanto na sua forma de atuação, tamanho organizacional, como em seu objetivo institucional, que procuram, dentro desse contexto, desenvolver o resgate da cidadania, articulando ações sociais, e que tem como característica arregimentar recursos com prática de trabalhos voluntários, doações e parcerias inter-setoriais (GUZZO, 2003).

Este artigo constitui-se em um estudo de caso realizado na Associação Comunitária dos Bairros Unidos Venceremos (ACBUV) na cidade de Sumé, no Estado da Paraíba em 2015.

Diante do exposto, o objetivo geral deste artigo é analisar as formas de captação de recursos na Associação Comunitária dos Bairros Unidos Venceremos, no município de Sumé, na Paraíba, como forma de melhoria e fortalecimento de suas atividades no terceiro setor. Quanto aos objetivos específicos pretende-se: descobrir quais as formas de captação de recursos da associação do estudo; como funcionam as atividades multidisciplinares na

associação; e apontar as dificuldades encontradas na Associação Comunitária dos Bairros Unidos Venceremos do município de Sumé - PB.

Esta pesquisa busca abordar o desenvolvimento e o fortalecimento da associação, através das vias de captação de recursos, analisando as melhores formas de mobilização para este fim. Dessa forma, o principal questionamento apresentado é: **Quais são as formas de captação de recursos e como estas podem trazer o desenvolvimento e o fortalecimento das atividades da Associação Comunitária dos Bairros Unidos Venceremos do município de Sumé - PB?**

Este estudo é fruto do pouco conhecimento do pesquisador quanto à incipiência de estudos nessa área, direcionados a necessidade de recursos na Associação Comunitária dos Bairros Unidos Venceremos, como forma de desenvolvimento e fortalecimento através das diversas vias de captação de recursos para atender suas respectivas atividades. Por fim, a pesquisa é relevante porque poderá identificar as principais falhas nos processos de captação de recursos, podendo provocar uma mudança de atitude e postura administrativa com relação ao desenvolvimento e fortalecimento das atividades, melhorando as condições dos associados; além de ganhos sociais, acadêmicos e intelectuais com estudos na área do terceiro setor.

Metodologicamente, esta pesquisa é de natureza descritiva e exploratória, utilizando a pesquisa bibliográfica, onde se utiliza de livros, *sites*, periódicos, etc, além da análise documental e do estudo de caso com visitas em lócus. Como técnica de coleta de dados é utilizada a observação com aplicação de questionário. A sua abordagem é qualitativa e na análise dos dados é utilizado o método estatístico descritivo. O universo da pesquisa é constituído pelos associados da Associação Comunitária dos Bairros Unidos venceremos. Nesse sentido, serão sujeitos da pesquisa a presidente da associação, os associados e vinculados.

Este trabalho está estruturado da seguinte maneira: introdução (localizando o tema, expondo a problemática, os objetivos da pesquisa e os fatores que justificam sua relevância). No capítulo seguinte expõe-se a fundamentação teórica. O terceiro capítulo refere-se à metodologia da pesquisa. O quarto apresenta a análise dos resultados e discussão dos resultados da pesquisa. Por fim, são expostas as considerações finais e referências.

2 GESTÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR

Objetiva-se nessa parte do artigo alicerçar teoricamente a pesquisa, bem como as demais etapas desdobradas, avaliando-a sob a ótica investigativo-científica.

2.1 O PAPEL DA GESTÃO PÚBLICA

A Gestão Pública é responsável pelo desenvolvimento urbano e econômico de uma cidade. No entanto, para que haja eficiência na gestão correspondente à administração de um município há que se estabelecer a organização na gestão, criar missões correspondentes ao desenvolvimento que se almeja alcançar para, enfim, realizar a gestão de forma eficiente e eficaz.

Para Lima (2006), “gestão é a capacidade de fazer o que precisa ser feito”. Em uma gestão pública não se pode esquecer a capacidade de se atentar e permanecer no posicionamento da organização planejada, para que assim, a missão possa ser cumprida, que neste caso primordial é o desenvolvimento da cidade em benefício ao povo que nela reside. Acredita que uma boa organização na gestão pública está relacionada à uma alta capacidade de gestão, que por sua vez, relaciona-se com a “melhor relação entre recurso, ação e resultado”(LIMA, 2006). Neste enfoque, pode-se dizer que quanto maior for a demanda, isto é, a necessidade de um planejamento eficiente no município, maior deverá ser a capacidade do gestor público, principalmente se os recursos disponíveis forem escassos.

Ainda para Lima (2006, p. 08):

Uma excelente gestão pública em que engloba o desenvolvimento geral de uma cidade, estão os fundamentos que são alcançados com a publicidade dos recursos aplicados às políticas públicas apresentadas; da moralidade e legalidade estabelecida diante da transparência realizada às benfeitorias à própria população e finalmente à excelência de toda a ação realizada que será devidamente direcionada aos cidadãos do município.

A gestão pública, portanto, considerando o princípio econômico da escassez, em que as demandas sociais são ilimitadas e os recursos financeiros para satisfazê-las são escassos, deve priorizar a administração adequada, eficaz e eficiente de tudo aquilo que for gerado no seio social, sempre tendo em vista o interesse do coletivo.

Somados ao conceito de gestão pública, é relevante entender o que vem a ser a administração moderna dentro dessa análise, portanto, usam-se as concepções de alguns autores como Bueno e Oliveira (2002), que conceituam ser a modernização da administração carregada de objetivos a serem cumpridos, como: combater o patrimonialismo e o clientelismo vigentes durante tantos anos; melhorar a qualidade da sua prestação de serviços à sociedade; aprimorar o controle social; fazer mais ao menor custo possível, aumentando substancialmente a sua eficiência, pois não há recursos infinitos disponíveis para o alcance de todas as demandas sociais, conforme conceituam. Neste sentido, Silva (2000, *apud* Marques, 2003, p. 221), conceitua que:

A nova Gestão Pública trata de renovar e inovar o funcionamento da Administração, incorporando técnicas do setor privado, adaptadas às suas características próprias, assim como desenvolver novas iniciativas para o logro da eficiência econômica e a eficácia social, subjaz nela a filosofia de que a administração pública oferece oportunidades singulares, para melhorar as condições econômicas e sociais dos povos.

Ou seja, a experiência da gestão das empresas privadas e das organizações públicas é a referência cognitiva para a gestão do Terceiro Setor. Estas, iguais aquelas, devem definir estratégias e objetivos, medir resultados e atuações para sobreviver e desenvolver padrões legítimos e aceites de eficiência e eficácia. No entanto, a especificidade do setor não lucrativo em aspectos como o financiamento, a definição dos usuários e beneficiários, a articulação entre o pessoal remunerado e os voluntários exige uma adaptação dos conceitos e técnicas de gestão.

2.1.1 Gestão do Terceiro Setor

Tenório (2008) diz que gerenciar é estar à frente acompanhando toda a movimentação existente dentro da organização para que os recursos disponíveis sejam utilizados conforme a dinâmica necessária, porém não basta somente movimentar e orientar pessoas, distribuir recursos de modo que sejam aplicados corretamente, entre outras questões. É necessário existir a preocupação de gerenciar as partes que constituem a organização. O autor comenta que,

Entende-se a importância da administração quando se compreende por que os homens se associam para atingir objetivos comuns. A história de vida humana é marcada pelo esforço de conquistar a natureza e criar condições de sobrevivência e conforto. No momento em que os indivíduos perceberam que a associação com os demais facilitava a realização de certos esforços e que determinados objetivos não podiam ser atingidos por um único indivíduo, teve início na organização (TENÓRIO, 2008, p. 17).

Portanto, estas idéias nos dão a visão de que a união de esforços é característica importantíssima na administração, sendo uma soma de idéias e ações, mas principalmente um aglomerado de organizações que se destacam do Primeiro e Segundo Setores, por ser um conjunto de valores que privilegia a iniciativa individual, visando atingir determinados objetivos.

O terceiro setor é uma área em crescimento e que se desenvolve, em muitas situações com os princípios das escolas de negócios, enfaticamente do curso de Administração, dessa forma Salvatore (2004 p. 19), relata ponderando que,

Assim é que vezes, das mais sérias a outras nem tanto, vaticinam a gestão como definidor do sucesso ou do fracasso das instituições do Terceiro setor, perante as novas exigências do mundo globalizado. Nessa perspectiva, vende-se a idéia, que é comprada pelas instituições sociais filantrópicas, de que elas terão que, para sobreviver, adotar os mesmos mecanismos e instrumento de gestão de empresas privadas, inculcando-se nesses gestores o mito de que tudo que é empresarial é bom, ou o que é bom para as empresas privadas é bom para as organizações do terceiro setor [...].

A gestão do terceiro setor é um assunto controverso, pois geralmente a pessoa que teve a iniciativa de promover um benefício social, ou seja, o seu fundador, o seu idealizador não possui conhecimentos de práticas administrativas que possam auxiliar no andamento da organização. Geralmente essas pessoas têm a ideia ou interesse e começa a atividade sem mesmo saber se terá recursos suficientes para manter o empreendimento, o projeto. Dessa forma McCarthy (2008), destaca a importância do treinamento para o profissional que fará a administração de alguma entidade sem fins lucrativos,

[...] para o setor de filantropia prosperar e crescer precisará cultivar profissionais que possam representar o conjunto do campo, assim como administradores capazes dentro de instituições individuais. Aqui, também, pesquisa e educação desempenham papel simbiótico (McCARTHY, p. 115).

Dessa forma, a necessidade de serem rentáveis, produtivas e eficientes para poder competir na mobilização dos recursos dos doadores privados e das administrações públicas,

obriga as organizações sem fins lucrativos a iniciar o caminho da profissionalização, visto que, para o terceiro setor se desenvolver terá que busca profissionais na área .

2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

De acordo com Albuquerque (2006, p. 18), a denominação “Terceiro Setor”, trata-se de uma tradução livre do termo em inglês *Thrid Sector*. Este termo é utilizado em países como os Estados Unidos, quando se referem a Organizações sem Fins Lucrativos (*Non Profit Organizations*), ou ainda, como referência ao setor voluntário (*Voluntary Sector*). Já na Inglaterra utiliza-se a expressão “*Charities*” (caridade), este termo tem origem medieval e nele é ressaltado o aspecto religioso das ações comunitárias, enquanto que na Europa Continental sobressai a expressão Organizações Não Governamentais ou “*NGOs*” (ONGs em português). Assim, apesar de ter surgido com mais ênfase na Europa foi nos Estados Unidos que a denominação Terceiro Setor foi aplicada a este tipo de atividade.

Desta forma, as idéias que compunham este novo setor valorizavam os atos de solidariedade e as ações que traziam benefícios para a comunidade, por isto, a realidade de sua conceituação está no processo de desenvolvimento da maneira como ele é compreendido, ou como afirma Oliveira (2005, p. 17):

[...] a característica inerente ao homem de agrupar-se em sociedade possui, como qualidade intrínseca, o simbiótico relacionamento entre a vocação e a necessidade de ajuda mútua como partes de uma mesma ação. Essa qualidade teve seus aspectos alterados à medida que a sociedade evoluiu em seus relacionamentos interpessoais.

Ou seja, as organizações que fazem parte do Terceiro Setor se tornaram instituições que hoje contam com um grande potencial de representatividade, e são vistas como legítimas representantes dos interesses da sociedade civil.

Quanto à questão conceitual do Terceiro Setor, não há um consenso por parte daqueles que pesquisam o assunto (embora as opiniões não sejam muito divergentes); havendo assim diversas definições, dentre elas pode-se citar a de Fernandes (1994, p. 21), para quem o Terceiro Setor é:

[...] um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Este é o sentido positivo da expressão. “Bens e serviços

públicos”, nesse caso, implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem a necessidades coletivas.

O terceiro setor é uma sociedade sem fins lucrativos, cuja modalidade social adere forças para inovar elementos de valores para o desenvolvimento da sociedade, contextualizando os instrumentos úteis aos comportamentos da organização.

Ainda quanto ao conceito de terceiro setor Ioschpe (2005, p.8), afirma que:

O Terceiro Setor, por sua vez, é um campo marcado por uma irredutível diversidade de atores e formas de organização. Na década de 80 foram as ONGs que, articulando recursos e experiências na base da sociedade, ganharam visibilidade enquanto novos espaços de participação cidadã. [...]. Compreende também as organizações voltadas para a defesa dos direitos de grupos específicos da população como as mulheres, negros e povos indígenas, ou de proteção ao meio ambiente, promoção do esporte, da cultura e do lazer. Engloba as múltiplas experiências do trabalho voluntário, pelas quais os cidadãos exprimem sua solidariedade através da doação de tempo, trabalho e talento para a causas sociais.

O termo Terceiro Setor está relacionado com todas essas entidades, as associações, fundações, sindicatos, cooperativas, igrejas, e finalmente ONGs. Essas instituições, também conhecidas como instituições sem fins lucrativos, realizam atividades que vão além de atender para necessidades específicas (DRUCKER, 1997). Por outro lado, Guzzo (2003) define como estrutura jurídica do terceiro setor somente as organizações sociais, as OSCIP, as fundações e as associações.

Conforme conceitua Guzzo (2003), as entidades do Terceiro Setor não estão sujeitas ao controle político direto como é o caso do Estado, nem a ele estão vinculados, mas se revestem de caráter público na medida em que se dedicam a causas e problemas sociais.

O terceiro setor age como se fosse um intermediador entre os outros setores, ou seja, ele possui características dos dois, mas tem um objetivo diferenciado, voltado para a assistência social, buscando equilíbrio dos indivíduos na sociedade. Essas organizações também precisam ser autogovernadas, mostrando capacidade financeira e pessoal para concluir suas atividades com excelência. Devem, também, envolver indivíduos que desempenhem atividades voluntárias, doando parte do seu tempo para a instituição.

Como bem relata Fernandes (1994, p. 27), o terceiro setor é caracterizado:

[...] de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental que dão continuidade as práticas tradicionais, da caridade, da filantropia e do mecenato e expandem seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações da sociedade civil.

Portanto, nas entidades sem fins lucrativos, ao contrário, o patrimônio líquido (ou social, preferencialmente) deve representar a capacidade que a entidade tem de manter-se no mercado, oferecendo seus serviços à comunidade, com eficiência e qualidade sem, contudo, comprometer a sua continuidade, fazendo com que ocorra o fortalecimento da organização.

2.2.1 Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor

O aumento da atuação das organizações do terceiro setor revela uma tendência positiva de fortalecimento da sociedade civil, que segundo Fischer (2005), manifesta-se como um pólo dinâmico de atuação social, através de organizações filantrópicas, fundações, institutos empresariais, associações de defesa de direitos e outras formas organizativas.

Além desse crescimento, outro fator importante para o fortalecimento é o contexto político e social brasileiro, desde a década de 1990, que é a aproximação entre organizações de diferentes setores, como forma de resposta às necessidades da sociedade, e traduzida pelo crescente número de parcerias inter-setoriais (público-privado e privadas-organizações do terceiro setor e parcerias entre Estado e organizações do terceiro setor). Para essa última tipologia, surge a necessidade de formalização das relações, a fim de dar legitimidade às relações e à participação destas organizações civis sem fins lucrativos em serviços anteriormente prestados somente pelo Estado (FISCHER, 2005). Mudanças de cunho legais, por exemplo, têm sido adotadas na tentativa de deixar mais claro e formalizar os processos de parceria, como a lei nº 9.790, de 1999, que dispõe sobre a qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP's e institui e disciplina o Termo de Parceria (CKAGNAZAROFF, PORTUGAL e MOTA, 2005).

Embora o impacto das alianças e parcerias seja visto de forma diferente pelos estudiosos, os dois formatos mostram-se como uma proposta inovadora da atuação do Estado para descentralização dos serviços, a qual conta com participação das comunidades locais e o emprego das organizações sem fins lucrativos para a operacionalização. Segundo Fischer e Falconer (1998, p.5), “trata-se de uma proposta de gestão mais adequada às características de tamanho, diversidade e complexidade da realidade brasileira, assim como, de uma postura de governo que resgata os direitos da comunidade de gerir os serviços públicos conforme suas próprias necessidades.” Ou seja, é uma proposta que vai dar mais autonomia a sociedade, visando principalmente o bem comum.

Parcerias e alianças, portanto, são constituídas para elaborar e implementar projetos e programas que visam beneficiar uma comunidade, erradicar ou minimizar algum problema social, atender as necessidades de grupos carentes ou divulgar e defender uma causa de interesse público (FISCHER, 2005). Para atender esses objetivos, Estado e organizações do terceiro setor podem trabalhar conjuntamente para prover bens e serviços a partir de configurações distintas de estratégias de formação de parceria, que segundo Souza (2003) são definidas de acordo com as necessidades e motivos identificados e podem ocorrer a partir da busca da parceria por parte do Estado ou por parte de organizações do terceiro setor.

Mas, mesmo na diversidade, cumpre buscar uma visão comum dos graves problemas partilhados por todas as organizações do terceiro setor. Para isso, é necessário (Salamon, 1998):

- Definir a base legal do direito de associação e montar organizações de terceiro Setor para um amplo leque de finalidades pacíficas;
- Pleitear incentivos fiscais para organizações e contribuintes;
- Divulgar a capacidade das organizações sem fins lucrativos de defender causas e comunidades particulares;
- Oferecer serviços essenciais ao setor: assistência contábil, treinamento, formação de grupos especializados etc.

A fim de superar esses problemas são necessários passos importantes. Em primeiro lugar, precisamos disseminar amplamente a *informação básica* disponível sobre esse conjunto de organizações e assim tirar o Terceiro Setor das sombras, de um modo sério (SALAMON, 1998). Visto que, algumas organizações sem dúvida se oporão a uma herança de suspeição contra um governo hostil e interventor.

A informação básica, porém, representa apenas o primeiro passo. O segundo passo seria fazer um serio esforço de *educação pública* para conscientizar amplamente a população sobre o Terceiro Setor e aquilo que ele é capaz de propiciar (SALAMON, 1998). A campanha contra a fome, no Brasil, constitui um brilhante exemplo de como o Terceiro Setor pode mobilizar o apoio popular para seu trabalho, utilizando os meios de divulgação de massa de forma eficiente.

Já o terceiro passo diz que a legitimação tem de assumir *forma legal*. O direito de associação deve entrar de maneira clara e inequívoca na legislação. Além disso, regulamentos

para estender o *status* jurídico as organizações sem fins lucrativos e assegurar a elas e a seus contribuintes condições tributárias favoráveis (SALAMON, 1998). Sendo assim, simplificados e tornados automáticos, desde que certas exigências básicas sejam atendidas. Finalmente, cumpre exigir *transparência contábil* das organizações do Terceiro Setor, que se espera o cumprimento de relevantes funções públicas e que manuseia importantes subsídios, sendo aberta e responsável pelo modo com que utiliza (SALAMON, 1998). Para tanto, o Terceiro Setor se empenhará em desenvolver seus próprios códigos de ética e seus próprios sistemas de contabilidade, tornando o Terceiro Setor com legitimidade que precisa para atuar eficazmente.

Com o tempo, o Terceiro Setor terá de capacitar-se a promover ação conjunta nas esferas de preocupação comum caso deseje mostrar-se eficiente na sociedade maior em que atua. E um dos planos da eficácia, é que dentro da missão da organização as diretrizes de captação de recursos estejam implícitas facilitando a construção do mesmo.

2.3 CAPTAÇÃO DE RECURSOS DO TERCEIRO SETOR

São mobilizações que se fazem necessário para as organizações do terceiro setor devem observar para os seguintes aspectos: análise, planejamento, pesquisa de fonte de recursos e estratégias de captação de recursos, para dar mais eficácia ao trabalho.

Pode-se dizer que a captação de recursos, além de financiar o trabalho desenvolvido pelas empresas do terceiro setor, eles também podem promovê-las e de acordo com a seriedade das atividades realizadas se alcança mais credibilidade em meio à sociedade. Por isso, é necessário que a organização mantenha sempre um arquivo atualizado com os dados dos doadores e colaboradores que vão auxiliá-las nas tomadas de decisões, sejam elas financeiras ou até mesmo na prestação de conta com o estado e a sociedade (CICCA, 2009).

As organizações do terceiro setor em sua maioria não possuem vínculo com uma empresa fornecedora, salvo aquelas que têm vínculo de acordo com a atividade exercida. Para as que não possuem recursos diretos, eles são captados de eventos promovidos ou doações dentre outros que ajudam a manter essas instituições (SPEAK, MCBRIDE & SHIPLEY, 2002).

Captar recursos vai muito além de conquistar donativos de pessoas que se sensibilizem com a missão da organização. É um assunto que precisa de atenção especial, pois, como as

entidades são diferentes, as formas de captação, bem como o plano estratégico para coletar recursos, são diferentes. GETS (2002 p. 14) expõe que,

Nos últimos anos, vem ganhando força a expressão ‘mobilização de recursos’, que tem um sentido mais amplo do que ‘captação de recursos’. ‘Mobilizar recursos’ não diz respeito apenas a assegurar recursos novos ou adicionais, mas também a otimização (como fazer melhor uso) dos recursos existentes (aumento da eficácia e eficiência dos planos); à conquista de novas parcerias e à obtenção de fontes alternativas de recursos financeiros. É importante lembrar que o termo ‘recursos’ refere-se a recursos financeiros ou ‘fundos’ mas, também, a pessoas (recursos humanos), materiais e serviços.

As possibilidades de obtenção de recursos são várias, porém as organizações precisam trabalhar a arrecadação de fundos, baseadas na sua missão e valores, de forma que os objetivos sejam atingíveis e agradáveis, aos olhos de quem está doando, ainda segundo o autor.

2.3.1 Formas de captação de recursos para o terceiro setor

As formas de captação de recursos podem advir das empresas privadas ou públicas, de pessoas como individuais, agências internacionais de financiamento, através do governo, e em sua maioria por meio de venda de serviços e eventos realizados para promover a captação de recursos (CICCA, 2009).

Há diversas formas de captação de recursos que podem ser utilizadas pelas organizações de terceiro setor, entre elas podemos destacar: venda de produtos, organização de eventos, produção de materiais, entre outras. Uma estratégia que as organizações podem ter é saber identificar os tipos de captação de recursos que existem e saber explorar as suas opções, pois o poder público não dispõe de recursos suficientes para toda a demanda existente no país, a ida ao mercado pode ser a melhor solução.

Outro ponto importante a se ressaltar dentro das referências de planejamento das organizações que devem nortear e orientar as metas, sejam elas mensais semestrais ou anuais de captação de recursos. Com isso, a apresentação de uma visão sólida e a criação de um planejamento estratégico eficaz através da criação de um setor de captação de recursos, trará para a organização um resultado satisfatório nas atividades. Há sete elementos essenciais que

podem auxiliar as organizações na captação de recursos (SPEAK; MCBRIDE; SHIPLEY, 2002):

1. A missão da organização;
2. Os objetivos estratégicos da organização;
3. Os objetivos estratégicos de captação de recursos da organização;
4. Um resumo da meta de captação de recursos;
5. O detalhamento da meta, os custos e o resultado líquido para cada área de captação de recursos.
6. As implicações do plano de captação de recursos para:
 - a. Outros Setores ou funcionários dentro da organização, incluindo atividades de relações públicas;
 - b. A diretoria e captadores voluntários;
 - c. O número de funcionários;
 - d. Gastos de capital;
7. O orçamento detalhado para as atividades de captação de recursos Esse planejamento deve ser adequado à realidade de cada entidade, de modo a evitar-se que as eventuais dificuldades na aplicabilidade de um plano de captação não se sobreponham aos benefícios obtidos.

No entanto, vale ressaltar que a captação de recursos faz parte da estratégia atual das organizações, porém, cada uma opera de acordo com suas necessidades (DIMENSTEIN, 2005). Cada empresa age de diferentes formas para que a captação seja mais eficiente por mais difíceis que sejam.

2.4 DIFICULDADES NAS CAPTAÇÕES DE RECURSOS NO TERCEIRO SETOR

A captação de recursos é um dos principais desafios de gerenciamento para as organizações do terceiro setor, para tanto, há necessidade de criação de um plano sustentável

(DIMENSTEIN, 2005). Dentre as inúmeras dificuldades que podem ser encontradas pelas organizações do Terceiro Setor, o autor destaca a necessidade que elas têm de mostrar seus interesses e expectativas; saber identificar as motivações e os interesses das pessoas, empresas ou órgãos governamentais em participar como parceiro de um objetivo comum.

As organizações não-governamentais são, na realidade, uma alternativa na geração de empregos e capacitação profissional (IBGE, 2004). Elas atingem níveis da sociedade que o Estado não conseguiria, devido à sua forma generalizada de atuação. Essas organizações alcançam regiões e comunidades que, muitas vezes, não teriam outra forma de sobrevivência não fossem os trabalhos voluntários e filantrópicos.

Porém, esta multiplicidade da cultura brasileira é outro fator que pode dificultar a atuação das organizações. Há, no Brasil, uma diversidade de demandas, peculiaridades de cada local e cada população, que exigem conhecimento mais aprofundado para que seja possível atender às necessidades encontradas (CAMARGO et al., 2001). Veloso, Hamza e Daré (2004) também apontam outro fator relevante nesta análise: há um crescimento considerável no número de organizações que surgiram nos últimos anos. Este crescimento, muitas vezes, ocorreu de forma desordenada e, assim, gerou instabilidade na confiança por parte das empresas doadoras.

Os processos que permeiam o trabalho e a atuação de uma organização do terceiro setor, não podem ser representados por esforços individuais, mas, sim, por uma representação da organização como um todo, a partir da conjuntura de sua própria imagem. A comunicação de uma empresa ou entidade não pode ser o resultado de esforços individuais, ainda que bem intencionados, porque a imagem da organização deve ser uma, qualquer que seja o público com que ela se relaciona (ENDO, 2005, p. 3).

Outro tipo de dificuldade que o setor enfrenta é a questão do feedback, isto é, os doadores pouco sabem sobre onde e como se aplicaram os recursos doados. Pouco se mensura dos resultados alcançados e isso pode gerar desmotivação por parte do doador – que tende a pensar que sua doação não foi suficiente ou não foi devidamente valorizada.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A ciência se constitui aplicando técnicas, seguindo métodos e apoiando-se em fundamentos epistemológicos, contendo elementos gerais comuns a todos os processos de

conhecimento (SEVERINO, 2007, p.117). No entanto, considerando-a natural e humana, há de se perceber diferenças significativas no modo de observação, conseqüentemente nas modalidades de pesquisa que se pode praticar, para seu adequado desenvolvimento. Assim, torna-se imprescindível a localização da pesquisa quanto às suas características para sua adequada observação.

3.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo de caso, concentrado na Associação Comunitária dos Bairros Unidos Venceremos na cidade de Sumé/PB. Segundo Yin (*apud* GIL, 2002), estudo de caso é “uma indagação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidências são utilizadas”; o que proporciona o desvendar, por meio de testes, da tênue linha que separa o mensurável do teórico.

Seu objetivo é descritivo e exploratório. Para Severino (2007, p.123) trata-se de um levantamento de informações sobre um determinado objeto, acompanhado da análise dos fenômenos estudados, identificando suas causas através da interpretação do método qualitativo.

Sua natureza é bibliográfica utilizando pesquisas anteriores, documentos impressos e artigos já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados, com análise documental e pesquisa de campo. Todas as informações do conhecimento da realidade empírica do objeto investigado obtidas durante a pesquisa em campo foram registradas no diário de campo do pesquisador.

Como procedimento de coleta de dados é utilizado à observação bem como a aplicação de questionários com questões sistematicamente articuladas e objetivas, provocando respostas igualmente objetivas.

Este estudo buscou privilegiar a dimensão qualitativa, sob uma perspectiva analítica e crítica da realidade a ser investigada, utilizando-se também os dados quantitativos; havendo assim, uma relação de complementaridade, caracterizando-o como abordagem qualitativa.

Segundo Bardin (2011, p. 41), a descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, ou seja, trata-se da maneira como o significado da informação é analisada.

Na análise dos dados é utilizado o método estatístico descritivo, apresentando os dados coletados por meio de tabela, objetivando facilitar a compreensão e a utilização das informações colhidas.

3.2 LOCAL DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada no Município de Sumé, Estado da Paraíba, localizado na região semiárida do Estado, especificamente no Cariri Ocidental, distante 267 (duzentos e sessenta e sete) km (quilômetros) da capital João Pessoa. Segundo o último censo demográfico feito pelo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), o município de Sumé/PB possui 16.0602 (dezesesseis mil, seiscentos e dois) habitantes.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA E AMOSTRA

Conforme Vergara (2007), a população de uma pesquisa é representada por vários fatores que possuem características comuns, ou seja, características que representam os objetos de estudo. Assim, a amostra foi feita na Associação Comunitária dos Bairros Unidos Venceremos na cidade de Sumé/PB com a Presidente e associados da organização, considerando que a mesma pode haver desenvolvimento ou não em suas respectivas atividades.

3.4 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para viabilizar a coleta de dados foi elaborado um questionário (Apêndice 01) com perguntas agrupadas em 05 (cinco) blocos: o primeiro bloco composto por perguntas capazes de traçar os perfis dos associados. O segundo bloco composto por questões que tratam sobre o conhecimento. O terceiro sobre o compromisso dos mesmos. O quarto retrata a percepção, e por fim, a satisfação dos associados em questão da organização (Associação Comunitária dos Bairros Unidos Venceremos). São 17 (dezesete) questões, sendo 07 (sete) fechadas, 1 (uma) questão aberta e 09 (nove) semi-abertas.

A coleta de dados foi realizada entre os dias 13 (treze) e 21 (vinte e um) de fevereiro de 2015, por meio da observação direta do pesquisador no preenchimento dos questionários.

3.5 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

Este tópico tem por finalidade apresentar os resultados da pesquisa com base nas informações obtidas, através da documentação colhida e dos questionários realizados, aportando-se na teoria atrelada as observações do pesquisador ao longo da coleta dos dados.

Após a aplicação do questionário, realizou-se a análise dos dados, agrupando-os conforme os itens apresentados, com avaliação do conteúdo e o atendimento aos objetivos da pesquisa. Para examinar os questionários, utilizou-se o sistema de tabulação das respostas para perguntas fechadas, de forma individualizada (perguntas), bem como, de resultados coletivos, de maneira que possa demonstrar os pontos comuns e os seus percentuais quantitativos. Já nas questões abertas e semi-abertas, a análise foi qualitativa, fazendo um comparativo entre as respostas e buscando-se críticas e sugestões que visassem melhorar o processo, bem como facilitar a compreensão e a discussão dos resultados.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise deste trabalho utilizou os números adquiridos com os questionários, transformando-os em conteúdos (qualitativos). A finalidade foi apresentar os resultados, discuti-los e avaliá-los em conformidade com os objetivos específicos propostos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB

O Município de Sumé/PB está localizado no antigo Sertão dos Cariris Velhos, hoje denominado Cariri Ocidental, onde predomina a vegetação de Caatinga, sendo o clima tipicamente semiárido, caracterizado pela baixa ocorrência de chuvas (média de 500 mm/ano), apresenta uma temperatura média anual em torno de 27° graus, tendo alcançado sua emancipação em 1951, com altitude de 500 metros acima do nível do mar, e encontra-se à 265

Km. da capital da Paraíba, João Pessoa. A sede do Município é cortada pela BR-412 a altura do Km 108, e ainda segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010, possui uma área de 838,058 km², contando com uma população de 16.060 habitantes com densidade de 19,18 hab./km².

Em relação ao gênero, o feminino surge com 8.133 (oito mil, cento e trinta e três), representando 50,63% enquanto que o masculino surge com 7.929 (sete mil, novecentos e vinte e nove), o que representa 49,37% (IBGE, 2010).

A cidade já foi destaque na agricultura e pecuária leiteira, sobretudo nos tempos áureos do Perímetro Irrigado que alavancou a economia local com a produção de coco, feijão, milho, tomate e pimentão, sendo estes últimos inclusive, do tipo exportação.

Na área educacional, o destaque é o campus da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), denominado Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), o primeiro temático da instituição de ensino, ofertando anualmente, 350 (trezentos e cinquenta) vagas em suas 02 (duas) unidades acadêmicas: Unidade Acadêmica de Educação do Campo (UAEDUC) com os cursos: Gestão Pública, Ciências Sociais e Educação do Campo e, Unidade Acadêmica de Tecnologia (UATEC) com os cursos: Engenharia de Produção, Engenharia de Biotecnologia, Engenharia de Biosistemas e Agroecologia.

4.2 ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS BAIROS UNIDOS VENCEREMOS-SUMÉ/PB

A Associação Comunitária dos Bairros Unidos Venceremos (ACBUV), fica situada no município de Sumé/PB, com sede na Rua Francisco Braz, s/n. No bairro de Várzea Redonda, conta com cerca 330 associados, foi fundada com objetivo de garantir a luta por direitos dos moradores, reivindicando melhorias e prestando assistência aos moradores deste bairros: Várzea Redonda, Carro Quebrado e Frei Damião, ambos localizados em Sumé/PB.

Dentre as conquistas desta associação destaca-se o sopão comunitário, e as parcerias firmadas junto ao poder público, Prefeitura Municipal de Sumé, e, também com outras associações e projetos direcionados ao crescimento, sendo um parceiro efetivo os Projetos Arte e Vida, Projeto Cunhã, bem como a Petrobrás, a Universidade Federal de Campina Grande, por meio de Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) que disponibiliza discentes para estágios, ocorrendo troca de conhecimentos e auxiliando na profissionalização e desenvolvimento da mesma.

A ACBUV é dirigida pela presidente, que foi eleita democraticamente, via eleição de membros, tendo obtido uma votação superior a 50% dos membros que se encontram em situação regular, de acordo com o que estabelece o estatuto que rege esta entidade, além do cargo de presidente, foram eleitos o vice-presidente, 1º secretário e 2º secretário, tesoureiro, conselho fiscal composto por 3 membros. Essas eleições são realizadas a cada 4 anos o que garante a alternância de poder.

A missão da ACBUV continua a mesma desde a sua fundação, que diz respeito, a defesa de interesses dos associados, junto ao poder público para assegurar o bem estar desta comunidade que esta entidade representa.

Os principais objetivos são de fomentar a ideia de melhorar as condições de vida da população através da luta em defesa dos direitos, alternativas de emprego e renda através da profissionalização dos membros. Atua diretamente na economia familiar como alternativa de renda.

No que tange as fontes de recursos esta entidade possui a renda advinda da contribuição dos sócios, o capital social, bem como de parcerias firmadas com projetos como o Cunha e Arte Vida e também patrocinadores como é o caso do comércio local.

4.3 PERFIL DOS ASSOCIADOS

Foram questionados para compor esse estudo, os atuais associados da (Associação Comunitária dos Bairros Unidos Venceremos - ACBUV) da cidade de Sumé/PB, totalizando 20 (vinte) associados.

Tabela 1: Faixa etária dos associados

IDADE	NÚMERO	PORCENTAGEM (%)
22 a 30	08	40%
31 a 40	05	25%
41 a 50	04	20%
Acima de 50	03	15%
Total de associados	20	100%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa direta, 2015.

A tabela 1 apresenta a faixa etária dos associados em ocupação. Segundo o IBGE, a proporção de pessoas ocupadas no grupo de 25 a 49 anos e de 15 a 17 anos de idade, registrou um aumento menor que a faixa de 50 anos ou mais: 0,9% e 0,7%, respectivamente. Isso ocorreu também, aponta o órgão, pelo envelhecimento populacional. Na ACBUV, 40% (quarenta por cento) deles têm entre 22 (vinte e dois) e 30 (trinta anos), 25% (vinte e cinco por cento) tem entre 31 (trinta e um) e 40 (quarenta) anos, 20% (vinte por cento) tem entre 41 (quarenta e um) e 50 (cinquenta) anos, e os outros 15% (quinze por cento) tem acima de 50 (cinquenta) anos. São eles, associado(a) da Associação Comunitária dos Bairros Unidos Venceremos.

Tabela 2: Sexo dos associados

GÊNERO	NÚMERO	PORCENTAGEM (%)
Masculino	03	15%
Feminino	17	85%
Total de associados	20	100%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa direta, 2015.

A tabela 2 refere-se ao gênero, para Scott (1992) o gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Contudo, o gênero também tem um aspecto de identidade subjetiva, ao qual oferece uma pretensão universal. Percebendo-se uma preeminência do feminino com 85% (oitenta e cinco por cento) sobre o masculino com apenas 15% (quinze por cento). O sexo feminino é quem mais busca por atividades e aprimoramento das mesmas.

Tabela 3: Nível de escolaridade dos associados

ESCOLARIDADE	COMPLETO	INCOMPLETO	PORCENTAGEM (%)
Fundamental	00	13	65%
Médio	00	07	35%
Superior	00	00	00%
Total de associados	00	20	100%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa direta, 2015.

A tabela 3 expõe os números de escolaridade dos associados por se tratar de uma variável importante para medir a capacidade dos mesmos. Schultz (1988) descreve várias maneiras através das quais a estrutura educacional pode afetar os rendimentos dos indivíduos no mercado de trabalho. Ou seja, indivíduos mais escolarizados teriam um ambiente mais favorável à absorção de conhecimentos e, com isso, melhor rendimento na eficiência de suas respectivas atividades. 65% (sessenta e cinco por cento) possuem o ensino fundamental incompleto, especificamente, aqueles associados mais de idade, que segundo eles não tiveram a oportunidade de estudar e 35% (trinta e cinco por cento) possui ensino médio incompleto, porém destes, 05 (cinco), ou seja, 25% (vinte e cinco por cento) estão para concluir o ensino médio.

4.4 CONHECIMENTO, COMPROMISSO, PERCEPÇÃO E SATISFAÇÃO DOS ASSOCIADOS DA ACBUV

A associação é mais que um prédio, é um espaço de multiplicidade de culturas, conhecimento, compromisso, percepção e de satisfação, sendo um espaço de transformação. Transformação essa que não se limita a aquisição de conhecimento de uma determinada área da vida, mas sim uma troca de opiniões e vivências constantes entre todas as pessoas envolvidas nesse processo, colocando-se como espaço para transformar a vida de pessoas que antes não tinham baixa expectativa de vida ou nenhuma e agora fazem parte de uma construção de igualdade, solidariedade e de respeito ao próximo.

Tabela 4: Informações sobre o tempo que participam da associação e do conhecimento de outras associações na região

CONHECIMENTO	CATEGORIA-RESULTADO	MEMBROS	PORCENTAGEM (%)
Tempo aproximadamente que participa da associação	Menos de 03 anos	14	70%
	4 a 10 anos	06	30%
	11 a 20 anos	00	00%
	21 a 30 anos	00	00%
	Acima de 30 anos	00	00%
Total		20	100%
Conhece outras associações na região	Sim	04	20%
	Não	16	80%
Total		20	100%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa direta, 2015.

A tabela 4 mostra o pouco tempo de participação como sócio da ACBUV, o qual 70% (setenta por cento) a menos de 3 (três) anos, se comparando as demais associações, por exemplo a Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de Sumé (CAMIS) quem vem com suas atividades desde 1980, considera-se pouco tempo, diferentemente da ACBUV que foi fundada em 2010, tendo assim 5 (cinco) anos de atividades voltadas ao desempenho da comunidade.

Neste contexto, Ramalho (1977) diz que, entende-se por desempenho o conjunto de ações do empregado, em dado período de tempo, segundo as descrições de suas tarefas, previamente estabelecido pela organização, e do conhecimento pleno de supervisores e supervisionados. Portanto, o grande desafio dessas organizações é saber lidar com flexibilidade, qualidade, produtividade e satisfação, para isso é preciso que todos os sócios estejam alinhados e preparados para alcançar os objetivos e metas da organização ao qual faz parte. No outro ponto, mostra que a maioria dos associados com 80% (oitenta por cento) não conhece outras associações na região e 20% (vinte por cento) conhece outras, como: Associação dos Moradores Usuários da Água da Bacia do Açude- AMUABA, Associação Sumeense de Avicultura- ASA, ambas buscam a melhoria da comunidade.

Tabela 5: Informações sobre a presença, participação e tomadas de decisão nas assembleias da associação

COMPROMISSO	RESULTADO	MEMBROS	PORCENTAGEM (%)
Comparece às assembleias da associação	Sim	02	10%
	Não	00	00%
	Às vezes	18	90%
Total		20	100%
Participação ativa nas discussões da associação	Sim	06	30%
	Não	14	70%
Total		20	100%
Procura estar informado sobre as decisões tomadas em assembleias	Sim	14	70%
	Não	06	30%
Total		20	100%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa direta, 2015.

Na tabela 5 verifica-se o Comprometimento dos associados. O comprometimento, então, é um vínculo do trabalhador com os objetivos e interesses da organização, estabelecido e perpetuado por intermédio de pressões normativas (BECKER, 2001), ou seja, a relevância do comprometimento da força de trabalho das organizações é o que vai fazer com que se torne mais forte e centrada com seus compromissos.

No entanto, é visto que não há comprometimento dos associados na questão da presença nas assembleias, o qual 90% (noventa por cento) comparecem às vezes, segundo os mesmos afirmam não terem tempo por conta dos afazeres doméstico, já os 10% (dez por cento) fazem questão de estar presente alegando o interesse em decisões que seja viável as suas atividades. O outro ponto destaca a participação ativa nas discussões da ACBUV, visto que 30% (trinta por cento) fala que é direito dos associados; que discute às vezes com as atitudes da presidente, alegando não concordar com as tomadas de decisão da mesma e que a participação é fundamental para tal desenvolvimento e fortalecimento dos mesmos.

Quanto ao conceito de participação Santos (2010) diz que “participar significa estar inserido nos processos sociais de forma efetiva e coletiva, opinando e decidindo sobre planejamento e execução”. Ou seja, participar é dar opinião e tentar decidir em conjunto as melhores decisões.

Observou-se ainda que a maioria, ou seja, 70% (setenta por cento) não participam das decisões afirmando que não opina porque não entendem muito do assunto, ou seja, não sabe como ocorre tal processo. Por fim, 70% (setenta por cento) não procura estar informado nas decisões tomadas nas assembleias, justamente por conta da presença e participação pouca dos mesmos, por outro lado, 30% (trinta por cento) estão sempre informados das decisões nas assembleias.

Tabela 6: Informações sobre assembleias, desenvolvimento, parcerias e atuação da diretoria da ACBUV na percepção dos associados

PERCEPÇÃO	RESULTADO	MEMBROS	PORCENTAGEM (%)
Considera que as decisões tomadas em assembleias da ACBUV são justas	Sim	18	90%
	Não	02	10%
Total		20	100%
Considera que a ACBUV interferiu ou interfere positivamente para seu desenvolvimento	Sim	20	100%
	Não	00	00%
Total		20	100%

Tabela 6: Informações sobre assembléias, desenvolvimento, parcerias e atuação da diretoria da ACBUV na percepção dos associados (continuação)

Conhece como se dão as formas de parcerias e alianças da ACBU	Sim	12	60%
	Não	08	40%
Total		20	100%
Qual sua avaliação sobre a atuação da diretoria da ACBUV	Ruim	00	00%
	Regular	03	15%
	Boa	15	75%
	Ótima	02	10%
Total		20	100%
Considera que os associados têm uma boa atuação no desenvolvimento da ACBUV	Sim	18	90%
	Não	02	10%
Total		20	100%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa direta, 2015.

A tabela 6 retrata a percepção da maioria dos associados com 90% (noventa por cento) considera que as decisões tomadas nas assembléias são justas, afirmando que sempre é discutida e implantada questões relacionadas ao benefício de todos e que 10% (dez por cento) não consideram o mesmo. No outro ponto 100% (cem por cento) considera um desenvolvimento positivo em suas atividades, alegando aprendizagem, aprimoramento e conhecimento através da ACBUV. É destacada também a percepção do conhecimento das formas de parcerias, no qual 60% (sessenta por cento) dizem conhecer os processos e que é através dessas parcerias que torna a associação mais forte, como: CUNHÃ FEMINISTA que traz cursos como capacitações e aprimoramento, PETROBRÁS com apoio de máquinas, como de costura, CENTRO OITO DE MARÇO apoiando com transporte, alimentação, hotel, ou seja, com viagens, UNIÃO EUROPÉIA apoiando com despesas das capacitações, o COMÉRCIO LOCAL com ajuda de alimentos para o Sopão Comunitário, PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ cedendo um local para sua sede e com materiais de manutenção do mesmo e por fim a UFCG-CDSA colaborando com seminários, e 40% (quarenta por cento) diz não conhecer.

Em outro ponto, os associados de forma geral, apontam uma atuação favorável da diretoria, em que 75% (setenta e cinco por cento) afirmam ser uma boa atuação, alegando da mesma informada, que sempre procura melhorias para com os associados, que gostam do que faz e que são pessoas que são carismáticas entendendo e escutando nossas idéias e acima de tudo nos apoiando. Por fim, os mesmos acreditam ter uma boa atuação no desenvolvimento da ACBUV, afirmando que se não fosse o associado, não existiria nem a associação e que o desenvolvimento da mesma dar-se através de seus trabalhos desenvolvidos em equipes, visto que apenas 10% (dez por cento) não acreditam que participa de tal desenvolvimento.

Explicando sobre o desenvolvimento de equipes entende-se que este consiste em uma técnica facilitadora da utilização mais adequada dos recursos humanos disponíveis, e, por isso, ocorre de forma cada vez mais freqüente nas organizações (GONZALEZ, SILVA e CORNEJO, 1996). Portanto, o desenvolvimento de equipe passa a ser uma necessidade das organizações atuais, buscando sempre a melhor forma de seu fortalecimento.

Tabela 7: Informações sobre benefícios proporcionados através da ACBUV, na visão dos associados

SATISFAÇÃO	RESULTADO	MEMBROS	PORCENTAGEM (%)
A ACBUV já trouxe algum benefício para você ou sua família	Sim	20	100%
	Não	00	00%
Total		20	100%
Como se considera com relação aos benefícios que a ACBUV lhe proporcionou	Insatisfeito	00	00%
	Satisfeito	16	80%
	Muito Satisfeito	04	20%
Total		20	100%
Acredita que com sua entrada na ACBUV sua vida melhorou	Sim	20	100%
	Não	00	00%
Total		20	100%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa direta, 2015.

A tabela 7 mostra que 100% (cem por cento) dos associados, afirmam que através da ACBUV já foram beneficiados com atividades que antes não fazia, em que tem uma renda através dessas atividades desenvolvidas, com aprimoramento e desenvolvimento dos mesmos, no qual citaram cursos técnicos, matéria prima para as atividades e aumento do local de trabalho através de empréstimos como: o EMPREENDER PARAIBA através do governo que libera empréstimo para esses associados com juros de 0,5, no qual a associação faz o perfil do associado e através do perfil é que é liberado com carência de seis meses até um ano, chegando até um total de 15.000 mil reais dependendo de seu perfil. Em outro ponto, destacou-se também o grau de satisfação de todos em relação ao benefício proporcionado pela associação, no qual 20% (vinte por cento) afirmam estar muito satisfeito, devido ter uma atividade e uma renda de tais atividades. Por fim, os associados acreditam em seu desenvolvimento e fortalecimento depois de sua entrada na ACBUV, em que 100% (cem por cento) afirmam que sua vida melhorou.

Segundo Pacheco et al (2009), o desenvolvimento de pessoas vai muito além dos treinamentos, porém este faz parte do desenvolvimento de pessoas, compreendendo o auto-desenvolvimento, processo este que é intrínseco de cada indivíduo. Ou seja, ele é muito mais abrangente que um simples conhecimento adquirido, reportando-se a várias formas de aprendizagem, compreendendo a diferentes espaços e mídia ao alcance de quem o pratica.

Vale ressaltar ainda, que a presidente já ganhou ate prêmio denominado MELHOR GESTORA DA PARAÍBA de associação em 2013, através de eleição dos conselheiros estaduais, e agindo em conjunto com parceiros, garante sua sustentabilidade no gerenciamento de recursos para conseguir projetos que atenda a necessidade da comunidade.

Sendo assim, observa-se que a associação ACBUV possui um grau de satisfação quanto as suas atividades bem satisfatório, o que demonstra que todos buscam o mesmo objetivo e o crescimento da organização; no entanto, é necessário que exista mais possibilidades de participação e de desenvolvimento dos recursos humanos para que se alcance maiores êxitos nos aspectos políticos, econômicos, sociais e educacionais, propiciando melhoria da qualidade de vida de todos os associados, o que pode contar com a captação de recursos externa e com a ajuda da gestão pública municipal neste processo de desenvolvimento de atividades e de lideranças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações do trabalho demonstraram que a Associação Comunitária dos Bairros Unidos Venceremos, em Sumé-PB possui o compromisso de um desenvolvimento social e econômico como forma de melhoria de vida dos seus associados, visto que na captação de recursos, através de parcerias e alianças torna uma organização mais forte. Porém, este desenvolvimento ainda é pequeno, mas de muita importância para a ACBUV e para os seus sócios, mostrando que através de uma instituição organizada como é o caso da associação do estudo pode-se ter grande importância social.

Desta forma, através da captação de recursos em parceria com alguns órgãos, pode-se, ter resultados positivos nas comunidades das quais os associados fazem parte. Assim, as entidades do Terceiro Setor no qual as associações exercem relações colaborativas, contribuem para o aprimoramento e fortalecimento da transformação econômica e social. Essas forças associativistas são expressões de locais ou comunidades da sociedade civil organizada. Todavia, mostra-se que é essencial o controle das associações comunitárias para garantirem que sejam cumpridas as normas do Estatuto.

Com isso, a Associação Comunitária dos Bairros Unidos Venceremos, busca a melhoria daquela comunidade, através das variáveis formas de captação de recursos, no qual, já obtiveram vantagens, como o funcionamento das atividades, por exemplo: o fuxico, brincos, colares, bolsas, bonés, almofadas e etc., bonecas artesanais e corte e costura, que vieram a satisfazer vários moradores que fazem parte dessa associação, atuando para assegurar o direito de livre associativismo para fins lícitos, já que existe a precariedade de políticas públicas para atender às necessidades dos seus associados e da sociedade como um todo.

Estas organizações formam suas identidades a partir da idéia de comunidade, do que é mais importante adquirir naquele momento, existindo uma socialização entre a associação e a gestão pública municipal por meio de parcerias, fornecendo no caso da ACBUV o prédio como sede e materiais para a manutenção da associação.

Então, ao verificar as respostas do questionário que foi aplicado aos associados, nota-se que há pouco comprometimento e participação por parte de grande maioria dos seus associados, tanto nas decisões como nas assembleias, alegando não conhecer sobre o assunto. Porém, mesmo a maioria dos associados não conhecendo os procedimentos adotados e as

formas de parcerias e alianças da associação, afirmam que através da ACBUV houve melhorias como o aumento da renda e a qualidade de vida.

Sendo assim, novos estudos devem surgir nas áreas de associativismo e de captação de recursos para o terceiro setor, proporcionando melhorias sociais, econômicas e políticas. Mas, que para isso, é preciso que o gestor público tome consciência sobre as parcerias que devem ser fechadas com as associações, fazendo com que toda a população ganhe maior qualidade de vida e realização das demandas sociais.

REFERÊNCIAS

- ALBULQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. 3º reimpressão da 1ª edição de 2011. São Paulo: Edições 70. 278 p.
- BECKER, B.E. **Gestão estratégica de pessoas com scorecard: interligando pessoas, estratégia e performance**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- BUENO, Julio; OLIVEIRA, Ricardo de. ENAP. **Escola Nacional de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 2002.
- CAMARGO, Mariângela Franco de. **Gestão do terceiro setor no Brasil**. São Paulo: Futura, 2001.
- CICCA, I. **Captação de Recursos: fontes distintas exigem estratégias diferentes**. 2009.
- CKAGNAZAROFF, I. B.; PORTUGAL, S. M.; MOTA, N.R. Parceria ONG – Estado: sugestão de um esquema de análise. In.: Anais VIII SEMEAD – Seminário em Administração. São Paulo: FEA –USP, 2005.
- DIMENSTEIN, G. **Captação de recursos para ONGs depende de planejamento e dedicação**. 2005.
- DRUCKER, P. **Administração de organizações sem fins lucrativos**. São Paulo: Pioneira, 1997.
- ENDO, A. C. B. **A gestão da comunicação integrada em instituições de ensino confessionais sem fins lucrativos**. In: Convicom – Congresso Virtual de Comunicação Empresarial, 2º, 2005, São Paulo.
- FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FISCHER, R.M. **Estado, Mercado e Terceiro Setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais**. Revista de Administração - RAUSP, vol. 40, núm. 1, jan-mar, 2005, pp. 5-18.
- _____.; FALCONER, A.P. **Desafios da Parceria Governo Terceiro Setor**. In anais Encontro da Rede de Pesquisas sobre o Terceiro Setor na América Latina e Caribe – ISTR. Rio de Janeiro, 1998.
- GETS: **Grupo de estudos do terceiro setor**. São Paulo: Graphbox Caran, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONZÁLEZ, Maria Pilar; SILVA, Manuel; e CORNEJO, José M. **Equipos de Trabajo Efectivos**. Barcelona: EUB, 1995.
- GUZZO, Rossilene Araújo. **Terceiro Setor: um caminho para o fortalecimento da responsabilidade social**. Belém: edições do Autor, 2003.
- IOSCHPE, Evelyn [et.al]. **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010.**

LIMA, Paulo Daniel Barreto. *Excelência em Gestão Pública*. Recife: Fórum Nacional de Qualidade, 2006.

MCCARTHY, Katch D. *et al.* **Planejamento circunstancial: economia social terceiro setor**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

OLIVEIRA, Sidney Benedito de. **Ação Social e Terceiro Setor no Brasil**. Mestrado em Economia Política PUC/SP. Instituto Fonte, São Paulo, 2005.

PACHECO, Luzia. **Capacitação e desenvolvimento de pessoas**/Luzia Pacheco, Anna Cherubina Scofano, Mara Beckert, Valéria de Souza. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

RAMALHO, Newton Corrêa. **O Fator Humano na Empresa**. Brasília: Universidade de Brasília, 1977.

SALAMON, Lester. **A emergência do terceiro setor: uma revolução associativa global**. Revista de Administração, São Paulo, v.33, n.1, p.05-11, jan/mar 1998.

SALVATORE, Vilu. A racionalidade do terceiro setor. In: VOLTOLINI, Ricardo *et al.* **Terceiro setor: planejamento & gestão**. São Paulo: Editora Senac, 2004.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos. **Gestão Democrática da Escola: bases epistemológicas, políticas e pedagógicas**. – UFPE GT: Estado e Política Educacional/n.05,2006. ANPED. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos>> Acesso em: 7 abr. 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 221.

SOUZA, M.T.G. **Parcerias entre Terceiro Setor e Financiadores: estratégias ou armadilhas de gestão**. Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

SCOTT, Joan. **História das mulheres**. In: BURKE, Peter. (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo, Unesp, 1992, pp.64-65.

SCHULTZ, T. (1988). **Education investment and returns**. In Cheney, H. & Srinivasam, T., editors, *Handbook of Development Economics*. North-Holland, Amsterdam.

SPEAK, A.; MCBRIDE, B.; SHIPLEY, K.. **Captação de Recursos: da teoria à prática**. Trabalho baseado em United Way of Canada. Canada: Graphbox Coran, 2002.

TENÓRIO, Fernando G. *et al.* **Gestão comunitária: uma abordagem prática**. Rio de Janeiro: FVG, 2008.

VELOSO, A. R.; HAMZA, K. M.; DARÉ, P. R. C. **Processo de comunicação entre organizações sem fins lucrativos e seus doadores: um estudo exploratório**. In: SEMEAD – Seminários em Administração FEA-USP, VII, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2007.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

APÊNDICE 1

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Prezado (a) sócio (a) da Associação Comunitária dos Bairros Unidos Venceremos
(ACBUV) de Sumé - PB

O presente instrumento de pesquisa constitui um dos elementos do trabalho de conclusão do **Curso Superior de Tecnólogo em Gestão Pública CDSA/UFCG**, como exigência para obtenção do certificado de conclusão, que deverá subsidiar a etapa referente à pesquisa de campo. O objetivo geral desta pesquisa é **ANALISAR AS FORMAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS, COMO FORMA DE MELHORIA E FORTALECIMENTO DE SUAS ATIVIDADES NO TERCEIRO SETOR**. Solicitamos sua colaboração no sentido de responder esse **questionário** com precisão e possível prontidão ao roteiro aqui elaborado. Cabe destacar o sigilo relativo aos participantes. Neste estudo não há respostas certas ou erradas, bem como não haverá individualização de respostas. Esteja certo de que a sua participação é muito importante para o êxito dessa pesquisa. Cientes de sua valiosa contribuição, agradecemos antecipadamente.

José Lourinaldo Gomes Medeiros, graduando. E-mail: lourinaldomedeiros@hotmail.com

Msc. Luiz Antônio Coelho da Silva, Prof. Orientador. E-mail: luidd@yahoo.com

ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

Perfil do (a) associado (a):

1. Gênero:

 Masculino Feminino

2. Faixa etária:

 18 a 21 anos 22 a 30 anos 31 a 40 anos 41 a 50 anos acima de 50 anos

3. Grau de Instrução?

 Fundamental Incompleto Fundamental completo Médio Incompleto Médio Completo Superior Incompleto Superior Completo**Conhecimento**

4. Há quanto tempo aproximadamente o(a) senhor(a) é sócio da ACBUV?

 menos de 03 anos 4 a 10 anos 11 a 20 anos 21 a 30 anos acima de 30 anos

5. Conhece outras associações na região em que você mora?

 Sim Não

Qual(is)?

Compromisso

6. Sempre comparece as assembléias da Associação?

 Sim Não As vezes

Por quê?

7. Participa de maneira ativa das discussões da ACBUV dando a sua opinião?

 Sim Não

Por quê?

8. Procura sempre estar informado sobre as decisões tomadas em assembleias, se está sendo cumpridas ou se estão em andamento na ACBUV?

Sim Não

Percepção

9. Considera que as decisões tomadas em assembleias da ACBUV são justas?

Sim Não

Por quê?

10. Considera que a ACBUV, interferiu ou interfere de maneira positiva para o desenvolvimento da execução de suas atividades cotidianas?

Sim Não

11. Conhece como se dão as formas de parcerias e alianças da ACBUV?

Sim Não

12. Qual a sua avaliação sobre a atuação da diretoria da ACBUV?

Ruim Regular Boa Ótima

Por quê?

13. Considera que os associados têm uma boa atuação no desenvolvimento da associação?

Sim Não

Por quê?

Satisfação

14. A ACBUV já trouxe algum benefício para você ou sua família?

Sim Não

Qual (is)?

15. Como se considera com relação aos benefícios que a ACBUV lhe proporcionou?

Insatisfeito Satisfeito Muito Satisfeito

Por quê?

16. Você acredita que com a entrada na associação ACBUV sua vida melhorou?

Sim Não

Por quê?

17. Se desejar fazer algum comentário que não esteja contemplado neste roteiro de entrevista utilize este espaço.

Obrigado!